

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM**

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre

Fone: (51) 3289-7510

Email: comam@smam.prefpoa.com.br

5ª Reunião Ordinária do COMAM

Data: 29 de outubro de 2015

Hora: das 13h30min às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120 – Porto Alegre/RS

Porto Alegre/RS

**Endereço para correspondências
Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br**

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

No dia 29 de outubro de 2015, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se reuniu sala 111, no prédio da SMAM, às treze horas e trinta minutos, para reunião ordinária.

PRESENTES: Mauro de Gomes Moura, da **SMAM**; Allan Guedes Pozzebon, do **DMAE**; Eduardo Fleck, do **DMLU**; Vitorino Luiz da Silva Mesquita, da **SMS**; Camila Warpechowski, da **SMURB**; Sérgio Luiz Cardoso, da **APN-VG**; Paulo Brack, do **INGÁ**; Letícia da Cunha Fernandes, da **FEPAM**; Jeane Estela de Lima Dullius, da **PUC/RS**; Gilson Lessa, da **OAB/RS**; Magda Creidy Satt Arioli, do **CRBIO-3**; Marcino Fernandes Rodrigues Júnior e Daisy Chollet Dal Molin, da **FIERGS**; Paulo, do **ILADES**; Eveline R. Dias, da **SMDH**. **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA:** Ilza Berlatto, da **SMAM**; Leonardo Fontoura e Tiago Gabriel Bao dos Reis, do **GP**; Felipe Charczuk Viana, da **ECONSCIÊNCIA**; Demétrio Luis Guadagnin, da **SBPC/RS**; Marília Longo do Nascimento, da **OAB/RS**; Helena Mari Rocha da Costa e Paulo Fernando de Farias, da **CUT**.

PAUTA:

- 1) **Aprovação da ata da reunião do dia 24/09 (Todos já receberam por e-mail, junto com a convocação e a pauta);**
- 2) **Apresentação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – COMSANS, Tema: Segurança Alimentar;**
- 3) **Relato das Câmaras Técnicas;**
- 4) **Indicação dos membros do Conselho de Saneamento Básico;**
- 5) **Assuntos Gerais;**

• RELATO:

1 **MAURO MOURA, da SMAM:** Boa tarde a todos. Estamos com *quorum*. Item 01 da pauta,
2 aprovação da ata anterior. Vocês receberam? Alguém tem alguma modificação na ata a
3 ser feita? Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade. O
4 segundo item foi um pedido do COMAM, a Evelise está aqui para apresentar o trabalho
5 do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, com tema em
6 Segurança Alimentar. Vou passar para a Eveline, então.

7 **EVELINE R. DIAS, da SMDH:** Boa tarde, Secretário. São só dois slides. Só gostaria que
8 alguém controlasse o meu tempo, senão eu começo a falar... Bom, eu sou nutricionista,
9 estou no município desde 2005 nesta área de segurança alimentar. Então, é uma
10 caminhada nova, uma caminhada que fiquei muito feliz de ser demandada pelo COMAM
11 para vir falar sobre segurança alimentar, porque a gente tem uma dificuldade muito
12 grande, a Prefeitura mesmo não sabe, alguns setores, que existe uma coordenação de
13 segurança alimentar, que existe uma lei municipal de segurança alimentar, a Lei nº
14 577/2007. Como eu disse, a segurança alimentar é nova, porque na constituição a
15 alimentação entrou como direito agora, em 2013. Todo mundo tinha direito a tudo, ah,
16 mas estava intrínseca a alimentação. Sim, está intrínseco, mas tem que dizer. Se a
17 pessoa não se alimenta não vai precisar nem da saúde, nem da educação, nem de todas
18 as políticas que a gente trabalha hoje no Município. Então, assim, a CAISAN, com o
19 avanço da política, tanto em nível nacional, como estadual e municipal, a gente chegou a
20 um ponto que o Prefeito Fortunati assinou a adesão do Município, a segurança alimentar.
21 A partir desta adesão se criou, porque como a nossa lei é de 2007, e a gente vem em
22 uma caminhada mais ou menos parelha em nível nacional, estadual, a nossa lei tinha

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

23 uma nomenclatura, tem ainda, porque a gente não revisou, tem uma nomenclatura que
24 não é a que todos os estados estão usando. Então, foi instituída a CAISAN, que é uma
25 Câmara Intersecretorial de Segurança Alimentar e Nutricional. Eu quero dizer ao Secretário
26 que está me devendo duas indicações para esta câmara. Na verdade, a câmara é
27 “intersecretarial”, porque é o secretário que deve ir e pensar a política de segurança
28 alimentar da CAISAN, onde a política está na Secretaria de Direitos Humanos, o
29 Secretário Luciano. E o nosso trabalho enquanto política, enquanto coordenação
30 começou, na verdade, na Fundação de Assistência Social e Cidadania, onde ficou até 02
31 anos atrás, agora foi para a Direitos Humanos. Antes de passar os slides gostaria de
32 saber o que vocês entendem por segurança alimentar, rapidamente, em uma palavra.

33 **GILSON GUEDES, da OAB/RS:** Segurança alimentar para mim é saúde. E se nós
34 levamos para o conceito de saúde também está físico, mental e social.

35 **EVELINE R. DIAS, da SMDH:** É isto aí, muito bem. Então, o próximo *slide* é o que é
36 segurança alimentar hoje. Na verdade, eu poderia ficar falando por horas, poria falar da I
37 Guerra, como começou a segurança alimentar, poderia falar sobre soberania alimentar
38 para vocês. Então, este é o último dos últimos conceitos de segurança alimentar. Então,
39 como nós já falamos é um direito. Então, é um direito de qualquer pessoa acessar
40 alimentos de qualidade e quantidade o suficiente e permanente. Sem comprometer as
41 outras políticas, a saúde, a educação, os outros direitos todos de ir e vir, coisas que o
42 sentido tem que “bancar” com bases práticas, promotoras de saúde, sem discriminar
43 ninguém. Então, respeitando a diversidade cultural ambiental, cultural, econômica e
44 socialmente sustentável. E quando a gente fala em acesso ao alimento, parece quando a
45 gente vai no super, por exemplo, parece que aquele alimento nasceu ali, onde está, vai lá,
46 pega e a gente não se preocupa de onde vem este alimento. Então, a gente tem vários
47 objetivos na segurança alimentar e a gente precisa construir o plano de segurança
48 alimentar, Secretário, nesta Câmara. O objetivo é fortalecer a agricultura familiar de um
49 lado para que eles realmente continuem produzindo, mas produzindo o mais corretamente
50 possível. O acesso é da agricultura familiar, ou agronegócio, mas vamos dar preferência
51 para a agricultura familiar ecologicamente sustentável. A gente tem uma zona rural que
52 voltou a ser zona rural agora e os nossos agricultores, na sua maioria não trabalham
53 sustentavelmente, eles usam produtos para fazer a sua produção render e ser boa, que
54 são poucos. A gente tem a feira agroecológica aos sábados, tem algumas coisas, e toda a
55 construção que foi para o lado de lá, toda a parte de construção que lá ficou uma área
56 rural no meio de prédios, que não sei até que ponto está funcionando água, esgoto
57 corretamente, uma série de coisas que vão acontecendo e a gente tem que se preocupar,
58 porque a gente não se preocupa com isto. Isto é o que vai fazer a gente trabalhar a
59 política e o plano de segurança alimentar. Quando falei do acesso, não é só o termo
60 recurso para comprar, o acesso é ter uma ponte para atravessar o rio, porque não adianta
61 ter um armazém do lado de lá e não ter uma ponte para atravessar. É o alimento que vem
62 dentro de caminhões do norte do país, sacudindo dias, chega aqui em uma qualidade
63 duvidosa. Aí eu posso falar em soberania, que é bom que a gente tivesse a produção da
64 nossa alimentação na cidade, no estado, onde a gente pode ter. Então, isto é acesso, não
65 é só ter dinheiro, tem que pensar desde a produção até o caminho que esta produção faz
66 para chegar na gente, e se isto é bom ou ruim. Não sei se o senhor quer falar alguma
67 coisa, Seu Gilson? Nas nossas reuniões normalmente temos a OAB, procuradores,
68 defensores públicos para defender as mazelas da sociedade. Então, sempre aparece
69 alguém desta área para nos cobrar.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

70 **GILSON GUEDES, da OAB/RS:** Assim, é que a segurança alimentar na nossa visão tem
71 atualmente dois vieses, o viés de fiscalização de alimentos e a lei, desde a legislação, até
72 a (Inaudível), a nossa constituição, intrinsecamente na área da saúde, na saúde, desde
73 2004 ou 2006, entrou como direito social... No atendimento. 6º, do direito social. Então,
74 nós temos que aplicar a segurança alimentar dentro da nossa ótica sob dois prismas, o
75 prima da fiscalização, porque a fiscalização faz parte da assistência social e eu não vejo
76 por parte dos conselhos municipais e estaduais nenhum lado da fiscalização. Eles só
77 estão olhando o lado social. Tanto é que o nacional só trabalha com a questão social.

78 **EVELINE R. DIAS, da SMDH:** Eu vou lhe dar uma notícia agora, que eu não sei se é
79 verdade, mas parece que o MDA vai englobar a segurança alimentar. Não sei se é
80 verdade. Isto aqui eu levei para os secretários, que são alguns marcos legais da
81 segurança alimentar. A ideia é que a gente tenha um sistema de segurança alimentar,
82 não só o Poder Público, mas outras pessoas que trabalham com a segurança alimentar.
83 Certo? E a gente quer criar um sistema tal qual o SUAS, que a recém está caminhando,
84 nós nem começamos a engatilhar ainda. E o SUS da Saúde, que é o mais velho, mas,
85 apesar de todas as críticas é o que funciona melhor até hoje. Então, o sistema de
86 segurança alimentar é composto do Conselho da CAISAN, das conferências e
87 microrredes locais. Estas microrredes locais é uma peculiaridade de Porto Alegre em
88 função da quantidade de redes que têm nas regiões, mesmo as redes sendo uma da
89 asso, uma da saúde, uma da educação e uma do Orçamento Participativo, outra do
90 fórum, é uma diferente da outra, atende bairros diferentes. Então, fica difícil a gente
91 trabalhar, mas a gente quer trabalhar, isto vai se definir ao longo do próximo ano, quando
92 a gente montar o plano. Nós não queremos criar uma rede a mais, nós queremos
93 trabalhar junto com a saúde, com a educação, com a assistência, com todo mundo,
94 porque as pessoas que a gente atende, que tem um viés social, mas na coordenadoria
95 nós temos 12 secretarias representadas na CAISAN a gente vai ter os secretários
96 representados ou quem o secretário indique. Aqui o Município tem que fazer a formulação
97 da política assegurada no direito humano. Aquilo tudo, começando pela saúde, no direito
98 humano, a amamentação, que é o primeiro alimento que a gente recebe. Eu falo muito,
99 vou, volto, se vocês tiverem alguma pergunta podem me perguntar.

100 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Tu tens mais 07 minutos. Pode terminar.

101 **EVELINE R. DIAS, da SMDH:** A CAISAN, que eu já falei, é de nível federal, mas em nível
102 municipal é uma câmara “intersecretarial”, foi criada por decreto do Prefeito. Então, é uma
103 instância governamental, quem tem o coordenador, a CAISAN da rede de direitos
104 humanos neste momento é quem coordena. O monitoramento, bom, aí existe uma briga
105 grande entre a assistência social e a segurança alimentar, porque quem diz que a pessoa
106 está em vulnerabilidade é a assistência social. Se a pessoa está em vulnerabilidade quem
107 vai fazer o acompanhamento daquela família é a assistência social, aí a coordenadoria de
108 segurança alimentar entende que o Conselho de Segurança alimentar tem que fazer o
109 monitoramento, porque a segurança alimentar não é dar de comer. A pessoa tem que
110 morar em um local adequado, tem que ter esgoto, água limpa. A gente fala em uma série
111 de coisas e fala também da segurança dos alimentos, que é a outra parte. Uma coisa é
112 segurança alimentar como um todo, com um conceito maior, e dentro da segurança
113 alimentar a gente tem a vigilância, tem uma série de órgãos estaduais e municipais que
114 fazem esta parte de vigilância. O difícil vai ser juntar todas essas pessoas para um fim
115 comum. É muito difícil, principalmente para uma política que é velha, velha, velha, mas é
116 nova enquanto política no Município, no Brasil. Agora é uma bandeira do Governo
117 Federal. A primeira estratégia foi o Fome Zero, na segunda estratégia foi Brasil Sem

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

118 Miséria e a gente vem acompanhando a política em nível estadual e federal. Então, os
119 secretários vão ter que trabalhar a política, o maior problema é a intersetorialidade e a
120 transversalidade de ações. A SMAM trabalha com as praças, porque a minha população é
121 toda, é o morador de rua, é o que não tem o que comer, são todos, não é um, são todos.
122 Então, todas as secretarias têm interface com a segurança alimentar. Então, é quem vai
123 organizar dentro das ações que esta secretaria tem, ela vai dizer o que trabalha mais para
124 a segurança alimentar. Ela vai continuar trabalhando, só que ela vai fazer parte de um
125 plano e vai ser mais monitorado cada secretaria. Na verdade, é muita coisa, gente, mas
126 estou muito feliz de poder dizer isto para vocês e de ter sido chamada. Muito obrigada,
127 Secretário.

128 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Alguma pergunta?

129 **PAULO BRACK, do INGÁ:** Eveline, eu parablenizo o trabalho e também quero dizer que
130 a gente trabalha com (Inaudível) não convencionais. Uma questão que é fundamental,
131 que não ouvi você falar, mas acho que é importante, a questão do setorial verde, que
132 corresponderia a áreas rurais, naturais, está hoje comprometida, porque a área rural foi
133 feita em área que não foi feita nenhum tipo de estudo mais profundo. Quer dizer, nós
134 fomos pegos de surpresa, como tantas outras questões que a gente pega de surpresa
135 aqui, inclusive, a gente não sabe como vai ficar a questão do Parque Sant Hilaire, a
136 questão do (Inaudível) agrícola, o demonstrativo, não sei, o CAD se continua ou não. A
137 produção de alimentos é fundamental e a valorização dos agricultores, principalmente os
138 agrícolas e orgânicos, também é fundamental o ensino nas escolas, a merenda
139 escolar para que garantam os alimentos, que venha da agricultura familiar, com produtos
140 orgânicos, agrícolas, sem veneno. E o que nos deixa de certa maneira... Eu posso
141 pegar depois o seu contato, a gente fez um encontro no ano passado sobre (Inaudível) e
142 viu que algumas escolas da região metropolitana produzem nas hortas, mas as escolas
143 são proibidas de pode utilizar aquele produto das hortas, porque é uma questão sanitária.
144 Então, os estudantes que trabalham e ficam entusiasmados, tem que levar para casa,
145 mas não podem comer na merenda escolar. E me pareceu uma coisa absurda, né, e que
146 isto tem que ser superado, tem que dar um jeito. Eu creio que essas escolas, não só
147 urbanas, mas mais periurbanas ou urbanas rurais, sei lá como se chama, mas seriam
148 importantes programas de plantação de hortas. E talvez também assegurar a plantação
149 de sementes e outros insumos que mantenham esse (Inaudível) verde que já haviam
150 falado, mas que está desaparecendo com a especulação imobiliária.

151 **EVELINE R. DIAS, da SMDH:** A EMATER é nossa parceira direto, a gente executa o
152 programa de aquisição de alimentos também. Então, eu não compro só de Porto Alegre,
153 porque tem alguns alimentos que não são produzidos aqui em Porto Alegre. E o CAD é
154 superparceiro nosso também, eu acho que vai fortalecer o CAD.

155 **(Sem identificação):** Gostaria de saber quanto tempo vai levar para o Município criar a
156 sua vigilância nutricional. Está no plano. Então, teria que criar.

157 **EVELINE R. DIAS, da SMDH:** Vamos, é uma coisa que tem que ser discutida.

158 **(Sem identificação):** Para facilitar o que o colega estava falando, não houve a
159 legalização desses produtos no território do Município, até a Prefeitura poderia dar o
160 licenciamento, a autorização.

161 **EVELINE R. DIAS, da SMDH:** Eu quero só dizer que é um trabalho muito grande e que
162 eu vou precisar da parceria de todos, porque ninguém faz nada sozinho. Então, este é o
163 meu recado, eu vou precisar do entendimento de todos. e mais uma fala que tu fizeste,
164 nós temos que convencer os nossos funcionários da Fazenda, também nada contra, mas

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

165 para eles terem um entendimento de que não é o menor custo para determinadas coisas
166 e que a gente tem que cobrar sim do agricultor familiar e pode ser sem licitação, porque
167 existe uma lei para isto, mas eles insistem em fazer licitação. Então, é por isto que eu
168 digo, dentro do nosso próprio espaço, que é enorme dentro da Prefeitura, a gente vai ter
169 que fazer uma conversa, muita conversa, também temos que trabalhar juntos. Muito
170 obrigada!

171 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Isto é uma coisa que a tem que acertar dentro
172 da orientação do governo, porque nós estamos com muitos órgãos e conselhos, muitas
173 sobreposições de tarefas. Nós temos vigilância sanitária, vigilância ambiental, temos
174 vigilância de obras, isto são equipes do Poder Legislativo. E como que as tarefas do
175 poder executivo se executam? E as unidades de planejamento tem que saber por que
176 estão tirando o orçamento do ano que vem e para que tarefa foi pedido. Então, eu acho
177 que o Conselho aqui vai ter que se reunir bastante para ver onde estão os divisores,
178 porque se nós olharmos as verbas que foram apresentadas aqui, há uma sobreposição
179 enorme. Daqui a pouco nós vamos discutir a representação do Conselho de Saneamento
180 de Porto Alegre. Para mim, pelo menos, o cenário ainda está confuso com relação... Não
181 só este Conselho, outros conselhos de Porto Alegre. Eu acho que em Porto Alegre está
182 faltando realmente uma secretaria de planejamento que ouça conselhos ou secretarias e
183 que executem os programas. Eu não vou estar discutindo aí nesses conselhos a zona
184 rural de Porto Alegre. Desculpa! Isto é um assunto técnico da Prefeitura de Porto Alegre.
185 É legal, é bom discutir com as pessoas e tal. Nós conseguimos talvez um tamanho de
186 zona rural ruim, 8%, 8,8%, se não me engano. Todos nós desejaríamos mais, porque
187 zona rural não é só a questão de alimentos, é uma zona com serviços ambientais sendo
188 prestados à Cidade, etc. e tal. Eu ainda acho esta situação do Conselho bastante
189 confusa, mas nós vamos participar e ver o que acontece. O nosso próximo item da pauta,
190 relatos de câmaras técnicas. As câmaras técnicas tem algum relato a fazer? Marta.

191 **MAGDA SATT ARIOLI, da CRBIO-3:** Boa tarde. Estou representando a CRBIO-3 e a
192 Câmara Técnica de Resíduos, Emissões e Efluentes. Eu quero comunicar que já se
193 encontra na Assessoria Jurídica desta casa a minuta de resolução de emissões
194 atmosféricas de atividades produtoras de efluentes de churrascarias e afins, que foi
195 coordenada pela nossa câmara técnica e trazida pela equipe da SMAM. Então,
196 trabalhamos nesta minuta este ano, foram representantes da SMAM, da PUC, da UFRGS,
197 também outros representantes da Câmara Técnica, ficou bem abotoadinha, o Mauro
198 também deu os seus pitacos. Então, já se encontra na assessoria jurídica para depois
199 trazer aqui para vocês. E nós começamos a trabalhar em outra minuta de resolução,
200 porque surgiu uma resolução do CONAMA, agora me fugiu o número, mas é a que libera
201 o descarte, a mudança de classe de embalagens de tintas, é classe 1, perigosa,
202 embalagens de tintas, referentes de construções de atividades, fazendo com que essas
203 tintas, essas embalagens com resíduos de tintas possam ter a logística reversa. E no
204 nosso Estado, no Município, nós procedemos uma investigação telefônica, visitas aos
205 locais, onde de todos que visitamos dois procedem a logística reversa. Quer dizer, aceita
206 de volta sem ser embalagens. Então, estamos discutindo na nossa a câmara a
207 elaboração de uma resolução, tentando deixar esta resolução do CONAMA... Que seja
208 vigorada no nosso Município. O que isto vai trazer? Vai fazer com que todos os
209 estabelecimentos, construções e locais de obras, que essas embalagens com resíduos de
210 tintas, ou sejam destinadas a locais impróprios, como aterros, que sejam enterrados com
211 vestígio de tinta, que é danoso, não pode ter um destino comum, ou sejam transportados
212 para siderúrgicas, ou sejam incinerados, ou sei lá, outros destinos. Então, estamos

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

213 trabalhando nesta minuta, mas não vai ficar pronta este ano, talvez só em 2016.
214 Obrigada.

215 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Obrigado. Tem perguntas?

216 **EDUARDO FLECK, do DMLU:** Só gostaria de dar um relato obre as tintas, os resíduos.
217 Nós orientamos porque tem o aterro para resíduos industriais, isto pessoas jurídicas.
218 Pessoas físicas colocam o resíduo orgânico (Inaudível), porque fica muito difícil eu dizer
219 para a Dona Maria, que pintou uma parede, que o resíduo industrial nem vai recebê-las
220 com uma ou duas latas. Então, a gente não consegue ter uma solução para as pessoas.
221 Poderíamos ter uma resolução aqui do COMAM, como há anos construímos a 06, que
222 instaure a itinerância para este tipo de resíduo, que não é dos prioritários, que é 12.305,
223 mas que apareça. Nós temos um problema legal nosso, mas que tenha um que a gente
224 possa cobrar dos estabelecimentos, que aceite de volta. Ah, mas o fabricante manda de
225 volta. Então, arranje uma maneira de buscar o tratamento, ou venha na SMAM para
226 licenciar um local para depositar as latas, até para serem transportadas. Este é um
227 problema para os pequenos comércios, mas nós temos que apoiar onde eles vão
228 depositar.

229 **MAGDA SATT ARIOLI, da CRBIO-3:** O teu colega participa do nosso grupo e se discutiu
230 muito, principalmente aqueles pontos de coleta. Tem muita dificuldade das coletas que
231 chegam lá de destino, até 5 metros cúbicos... Meio metro.

232 **PAULO BRACK, do INGÁ:** A questão das lâmpadas fluorescentes, a gente vê o descarte
233 de derivados, tem metal pesado, enfim, a gente vê ainda. Eu acredito que deveria ter uma
234 solução, se houvesse um valor, ou seja, na devolução da lâmpada, que recebesse o
235 recurso. É o semelhante de alguns anos atrás, a lei do desarmamento. Então, teria que se
236 pensar em algumas coisas, de colocar um valor nisto, não sei se seria o Município só,
237 mas enquanto não tiver um valor para receber, aí as pessoas teriam interesse em receber
238 essas lâmpadas e ganhariam por isto. Enquanto não tiver nós vamos continuar nesta
239 situação. Não sei se vale a pena, mas só para pensar para outro momento.

240 **EDUARDO FLECK, do DMLU:** Nós do DMLU, o Ministério Público e a SMAM, tivemos
241 uma reunião, estamos trabalhando no sentido, na ideia original. É algo que não é muito
242 simples de se fazer. A gente está com alguns problemas, por exemplo, um pequeno
243 revendedor para licenciar uma área própria para armazenar lâmpadas, nós estamos
244 tentando fazer a mesma coisa. Anteontem a própria promotora do direito do consumidor
245 nos cobrou e disse que a Promotoria ia ajuizar o Estado e o Município, que ele teria um
246 poder de polícia para fazer com que essas coisas funcionassem. Então, a gente está
247 marcando uma nova reunião com o pessoal da SEMA. Nós, a SMAM, o pessoal do
248 Estado, vamos pensar em alguma coisa para que a gente tenha alguma maneira de forçar
249 isto acontecer. O (Inaudível) está assinado, nacional, com fabricantes e exportadores,
250 mas nada aconteceu por enquanto.

251 **JEANE ESTELA DE LIMA DULLIUS, da PUC/RS:** Só para esclarecer, de repente eu não
252 ouvi. A Câmara Técnica começou a tratar deste assunto porque em julho deste ano houve
253 uma mudança na lei...

254 **MAGDA SATT ARIOLI, da CRBIO-3:** É que saiu uma resolução do CONAMA
255 modificando a classificação de latas de tintas oriundas de construção civil e
256 assemelhando, passaram para a Classe B ao invés de Classe I, que é perigoso. Elas
257 passaram a ser destinada para o aterro comum. Isto é muito sério, porque ao invés de
258 irem para um aterro especial podem ir para um aterro comum. E desde que tenham e
259 possam provocar o inverso. Só que não existe ainda, esta política inversa está disponível,

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

260 ela foi acionada pela política nacional de resíduos, mas só que não existe, são como as
261 lâmpadas, não funcionam.

262 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Este assunto é complicado, porque está tudo
263 regrado pela União e a União está um tanto quanto lenta nas determinações do poder de
264 polícia em cima das indústrias. Isto torna a ação do estado e do município meio fraca.
265 Mais alguma comissão, algum relato?

266 **PAULO BRACK, do INGÁ:** Nós estamos avaliando outros empreendimentos, toda a
267 questão de políticas de proteção à biodiversidade. Não sei como ficaria a questão relativa
268 a uma visita ao empreendimento Alphaville II. Não sei o endereço agora, mas nós já
269 fomos, já fizemos. Nós vamos encaminhar por e-mail, eu falo com a Andréia, para a gente
270 poder fazer esta visita caso o empreendimento (Inaudível) é uma área rural, natural, tudo,
271 talvez seja o maior empreendimento até agora. Então, seria muito importante isto. Em
272 segundo lugar a questão relativa às espécies ameaçadas, o levantamento da flora. Já
273 temos 33 espécies, estamos buscando mais informações no novo Decreto nº
274 52.109/2014. E pretendemos no final do mês, dia 30/11, realizar uma atividade, era para
275 ser dia 16/11, mas tivemos uma evolução, vamos lançar a lista da flora de Porto Alegre.
276 Então, vamos fazer um convite depois, enfim. Também nos parece importante uma
277 resolução referente às espécies ameaçadas. Nós vamos tratar a possibilidade de uma
278 resolução na câmara técnica, eu faço este pedido ao COMAM, não sei se discordam ou
279 não, para tomarmos esta iniciativa, ou como é o encaminhamento para o surgimento de
280 uma resolução relativa à proteção (Inaudível)?

281 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Recebi o pedido de alguns membros da
282 câmara, a gente coloca na pauta e aprova, é a câmara técnica que aborda e propõe a
283 construção de resoluções. Alguém pede para incluir na pauta isto e encaminhar para a
284 câmara técnica. Pode ser na próxima reunião. Mais alguém quer falar? A indicação dos
285 membros do Conselho de Saneamento Básico. Nós estivemos discutindo este assunto,
286 não adianta a gente explicar, porque isto é uma lei complementar municipal. Então, o que
287 nós discutimos foi indicar membros do Conselho que sejam ativos na questão do
288 saneamento, e também uma tentativa de manter o equilíbrio governo e entidades nesse
289 Conselho. Então, eu gostaria de ouvir se alguma entidade gostaria de participar, porque a
290 nossa ideia seria o seguinte, colocar alguém da área técnica, por exemplo, a SMAM, ou
291 DEP, e alguém da universidade. Ou seja, nós equilibraríamos, indicaríamos dois da área
292 (Inaudível) e dois do governo. O que nós discutimos foi ter alguém da universidade,
293 alguém do governo, quem for, mas estamos aqui para ouvir e fazer a indicação.

294 **EDUARDO FLECK, do DMLU:** No dia seguinte a nossa última reunião, que tínhamos
295 discutido isto, saiu uma nominata no Diário Oficial, com a nominata, inclusive, nomeando
296 o Juliano como membro. A gente discutia se podia, se não podia e no outro dia saiu o
297 Juliano.

298 (Falas concomitantes em plenária).

299 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** A nossa sugestão seria a Andrea da UFRGS,
300 ela aceitou. Não sei ou que houve com ela, mas hoje não está. Em princípio ela disse que
301 a UFRGS participaria do Conselho, não teria problema da universidade participar. A
302 SMAM também se coloca à disposição. Então, indicaremos um servidor da SMAM. Se
303 vocês aceitarem nós teremos a Universidade do Rio Grande do Sul, a SMAM, e a gente
304 indicaria ao Conselho essas duas entidades. Alguém é contra?

305 **SÉRGIO LUIZ CARDOSO, APN-VG:** Eu devo ter perdido algum email aí no processo da
306 última reunião. Tem a nominata de quem já foi indicado, quem está, das entidades?

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

307 Quem faz parte deste Conselho? (Falas concomitantes em plenária). Só para facilitar, o
308 Comitê da Bacia Hidrográfica do Gravataí tem representação nesse Conselho, eu indiquei
309 duas pessoas do Comitê, só que entre uma indicação um monte de tempo atrás, não sei o
310 que aconteceu.

311 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Na realidade, assim, eu acho isto uma coisa
312 muito complicada. Na realidade, nós não estamos indicando a UFRGS e a SMAM, nós
313 estamos indicando dois membros do Conselho para ir lá representar no Conselho. Eles
314 são membros do Conselho. O que eu vejo de complicado é que uma coisa é tu ires
315 representar a tua instituição, agora, quando tu vais lá representar o COMAM, tem vários
316 conselhos nesse Conselho. Quando tu vais representar o COMAM, como que tu colocas a
317 tua posição lá? A pessoa vai deixar de colocar a sua posição lá para vir trazer na próxima
318 reunião do Conselho, para voltar para lá depois? É muito complicado. Realmente, eu não
319 sei como que se coloca conselho dentro de conselho. Uma coisa é eu te colocar lá, ou
320 ele, olha, a opinião do DMLU, do DEP e do DMAE é esta, estão lá representando isto.
321 Não é? Agora, eu não sei realmente como que se representa Conselho. Eu vejo isto como
322 complicado.

323 **EDUARDO FLECK, do DMLU:** Eu estava tentando lembrar aqui, tem aquela organização
324 dos direitos do consumidor, também é uma representação. o Comitê Guaíba está lá com
325 o Salva Terra, o Comitê Gravataí está lá com o Paulo Robson, com o Secretário
326 Todeschini. Eu penso o seguinte, saneamento e meio ambiente são indissociáveis. Se for
327 discutir isto, conselho dentro de conselho, realmente, sexta-feira tem reunião, eu vou ler a
328 pauta e poderei trazer para o Presidente do COMAM, para saber qual a posição do
329 COMAM sobre. É complicado.

330 **GILSON LESSA, da OAB/RS:** Só para colaborar com o nosso colega que falou
331 anteriormente, a área de saneamento básico está na legislação do SUS. Então, os
332 municípios recebem para o saneamento básico verba da saúde. Então, fica muito
333 complicado nós termos um conselho com outros conselhos. Eu acho bem complicado,
334 politicamente, na gestão.

335 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Pessoal, eu acho, eu creio que todo mundo
336 conhece para que serve o organizar ambiental. Não é? Eu acho que ninguém tem dúvida
337 da capacidade técnica. Pegando esta sugestão do Comitê Executivo, que era a indicação
338 da área técnica, então, a SMAM se propõe a colocar, e uma colocação da academia, que
339 a UFRGS se candidatou. Então, eu submeto à votação se a gente pode indicar um
340 membro desta área federal e um membro da SMAM para participar do Conselho. Eu acho
341 que o que resta, seria a cada reunião a gente colocar na pauta um relato das instituições
342 sobre o que aconteceu na reunião do Conselho, inclusive, o que votaram, para ver se tem
343 alguma orientação diferente para outras reuniões. Também não tem sentido a gente pedir
344 para que eles venham aqui pedir aval para cada reunião. Vocês concordam com as duas
345 indicações? Todos concordam? Então, está aprovada a indicação da Universidade
346 Federal e da SMAM. Nós enviaremos enquanto Presidência do COMAM e não como
347 Secretaria. Assuntos gerais. Brack? A questão do Sant Hilaire eu acho que merece uma
348 pauta. O que está acontecendo neste momento? Neste momento não, vou voltar um
349 pouquinho. As duas prefeituras resolveram regularizar o parque, no sentido de que a
350 Prefeitura de Porto Alegre não pode regerar dentro do Município vizinho. Nós tínhamos um
351 decreto regrando o município vizinho. Se não me engano houve uma ameaça do
352 Município de Viamão caçar a nossa lei (Inaudível), não sei. Então, a duas prefeituras
353 decidiram regularizar. Foi criado um trabalho, porque nós temos muita coisa para discutir,
354 porque o Município de Porto Alegre decretou ontem, por leu municipal, a área de Porto

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

355 Alegre como parque. O Prefeito de Viamão já tinha feito isto por decreto. Só que há uma
356 confusão do documento de Viamão, sobre o tamanho da área. Os dois prefeitos criaram
357 um grupo trabalho, que trabalhou até agora, para discutir e harmonizar este assunto. Se
358 nós não harmonizarmos, a depedração de parque do ouro lado implica em
359 desapropriação da nossa área, porque a prefeitura de lá não pode simplesmente decretar
360 um parque sob propriedade privada, que é propriedade privada do Município de Porto
361 Alegre. Nós somos proprietários do terreno. Então, nós estamos fazendo um trabalho
362 para discutir isto aí. Com certeza o Prefeito de Viamão não teria dinheiro para pagar
363 aquela área para a Prefeitura de Porto Alegre. Em função dessa enchente toda aí o
364 estudo parou, está previsto retomar neste mês. O Dr. Arnaldo é o assessor jurídico do
365 Prefeito. Então, não tem nada decidido ainda quanto a isto. Nós temos várias questões
366 ambientais e patrimoniais a discutir. (Manifestações da plenária fora do microfone). O
367 viveiro? Não, o viveiro não, porque está na área de Porto Alegre, mas nós temos que
368 preservar. A nossa sede neste momento está em Viamão. Temos o prédio da Secretaria
369 de Agricultura, do instituto, em Viamão, do lado de lá do parque, nós temos a nossa
370 zoonose... A SEDA. Então, tem um grupo de trabalho estudando isto. Ontem foi votado a
371 (Inaudível) do Município de Porto Alegre como parque. Eu creio que 200 e poucos
372 hectares, 80% da área do parque está no Município de Viamão.

373 **(Sem identificação):** Esta possibilidade de 80% do parque que está no Município de
374 Viamão, se incorporado pela Prefeitura, tirando a questão financeira, patrimonial, esta
375 possibilidade é grande, digamos assim. A decisão de ontem, por exemplo, praticamente,
376 não desafetaria esses 80% para o Município de Viamão, ao mesmo tempo revoga o
377 decreto da criação? Não sei qual é a lei do parque, se revoga, no caso?

378 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Revogou. É um decreto de Porto Alegre que
379 era sobre Viamão, revogou. Agora, a propriedade e domínio são do Município de Porto
380 Alegre. O Município de Viamão pode decretar coisas na nossa propriedade? Pode. O que
381 se faz normalmente? Ou a Prefeitura de Porto Alegre e Viamão entram em um acordo em
382 relação à administração de tudo aquilo, o domínio do terreno se nós vamos administrar, o
383 terreno é nosso. Ou a Prefeitura de Viamão vai ter que desapropriar e pagar o terreno, o
384 que não vai fazer. Se as coisas forem corretamente conduzidas, por exemplo, nós não
385 podemos exercer o poder de polícia em cima do Município de Viamão, não podemos
386 mandar os nossos fiscais lá. É isto que este grupo de trabalho vai ter que acordar. O
387 Ministério Público, através do Alexandre Salso, está acompanhando este assunto. Vocês
388 sabem que na área ambiental unidade de conservação é como hóstia para a igreja
389 católica, é uma coisa sagrada. Então, espero que esses acordos sejam razoáveis.

390 **PAULO BRACK, do INGÁ:** Eu vejo assim, com tristeza, como membro do COMAM a
391 gente é pego de surpresa e não tem a possibilidade de se adiantar no processo para tirar
392 uma posição pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Eu sou contrário a esta entrega,
393 houve uma diminuição da área. O parque praticamente foi retalhado, o Município de Porto
394 Alegre perdeu a maior parte do território, quer dizer, se tivesse uma forma, quem sabe
395 criar um parque estadual, mas que mantivesse essa área, que não sofresse o alvo de ser
396 um loteamento, invasão, etc. e etc. A vulnerabilidade desta área já era grande, agora ficou
397 maior ainda. E a gente foi pego de surpresa mais uma vez. Então, eu solicito, como
398 membro do COMAM, que a gente tenha a possibilidade de ser informado anteriormente,
399 para a gente poder interferir e não ser pego no final do porque, quando não se tem mais
400 nada a fazer do que ir falar com o Ministério Público. Como conselheiro eu vou ter que ir
401 lá falar com o Ministério Público. Gostaria de tratar este tema aqui dentro e não estou
402 vendo esta possibilidade.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

403 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Seja como for, o Ministério Público já está
404 tratando deste assunto.

405 **SÉRGIO LUIZ CARDOSO, APN-VG:** Assim, Secretário, eu fui informado que houve uma
406 intervenção da própria FIERGS, com a supressão de muita vegetação, de forma muito
407 agressiva. Eu gostaria de solicitar que mandem verificar este fato, para ver o quanto
408 procede e a justificativa da FIERGS de que houve um equívoco da pessoa que estava
409 trabalhando. Nós temos aqueles (Inaudível), que o senhor sabe muito bem qual é o papel
410 deles. Agora, fazer uma intervenção e haver toda uma supressão de maneira equivocada,
411 e a informação é de que está tudo licenciado pela SMAM. Então, eu gostaria de ter
412 acesso, só para a gente ver o que aconteceu nesse processo.

413 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Há meses atrás a SMAM fez uma poda para
414 que a Secretaria de Segurança pudesse ter acesso ao Dique. Eu tenho que ver.

415 **MAGDA SATT ARIOLI, CRBIO-3:** Gostaria de deixar, então, à disposição o nosso
416 Conselho de Biologia para alguma demanda que fosse possível para alocar para o
417 Parque Sant Hilaire, que realmente representa muito para o Município de Porto Alegre,
418 pela diversidade e não pode ser perdida.

419 **MAURO GOMES DE MOURA, da SMAM:** Algum assunto geral a mais? Então, obrigado
420 pela presença de todos. Quem tiver alguma pauta para a próxima reunião, por favor, eu
421 peço que nos envie por e-mail.

422

423 - **Encerram-se os trabalhos e os registros taquigráficos às 16 horas.**

424

425 *Taquígrafa: Patrícia Costa Ribeiro*

426 *Registro nº 225257/2003 - FEPLAM*

427 *TG Tachys Graphen – CNPJ 10.133.150/0001-07.*

428

429

430

431

432

MAURO GOMES DE MOURA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PRESIDENTE DO COMAM

433

434